

PARECER Nº 1178/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA

Processo: 57.093/2025

Autoria: Executivo Municipal

Mensagem: 149/2025

Ementa: Projeto de Lei que: ***“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR ACORDO DE PARCELAMENTO OU REPARCELAMENTO DE DÍVIDAS ORIUNDAS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS DA LIMPURB – EMPRESA CUIABANA DE ZELADORIA E SERVIÇOS URBANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.***

I – RELATÓRIO

Vem à análise e parecer desta, por determinação regimental e em obediência ao rito legislativo desta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 732/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Excelentíssimo Senhor Prefeito Abilio Jacques Brunini Moumer, encaminhado através da Mensagem nº 149/2025.

A propositura tem por escopo fundamental autorizar o Município de Cuiabá a proceder à **regularização fiscal da LIMPURB – Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos**, entidade integrante da administração indireta municipal, mediante a celebração de acordos de parcelamento e reparcelamento de débitos tributários e previdenciários junto à União, especificamente perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Da leitura atenta da Mensagem Executiva e dos documentos acostados aos autos do Processo nº 57.093/2025, extraem-se os seguintes elementos fáticos e jurídicos que compõem o núcleo da demanda legislativa:

Objeto da Autorização: O Projeto de Lei visa conferir lastro legal para que o Executivo assumira e parcele dívidas que totalizam, em seu **valor principal, R\$ 3.809.595,68** (três milhões, oitocentos e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos). Com a incidência de juros, multas e encargos legais decorrentes do inadimplemento, a estimativa do montante consolidado a ser parcelado ascende a **R\$ 5.069.941,07** (cinco milhões, sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e sete centavos).



2. **Natureza dos Débitos:** Os passivos fiscais referem-se a competências do exercício de 2024 e abrangem:

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);

Contribuições Previdenciárias (INSS) retidas e não recolhidas (parte patronal e segurados);

Multas administrativas por descumprimento da lei de cotas para Pessoas com Deficiência (PcD).

3. **Garantia Real:** Como condição *sine qua non* para a aceitação do parcelamento por parte da União, o Artigo 2º do Projeto de Lei autoriza a vinculação das cotas do **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)** como garantia da operação, mecanismo este que permite a retenção automática dos valores das parcelas em caso de inadimplência futura.

4. **Justificativa de Urgência e Interesse Público:** O Executivo fundamenta a necessidade da medida na imperiosidade de obtenção da Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN). A atual situação de irregularidade fiscal (Certidão Positiva) está obstando a execução de convênios estratégicos, **citando-se nominalmente o Termo de Convênio nº 1062-2023 firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA/MT), no âmbito do programa "MT Iluminado".** A inadimplência impede o Município de receber a liberação de 15.741 lâmpadas de LED destinadas à 3ª etapa da modernização da iluminação pública da capital.

5. **Instrução Processual:** O feito **encontra-se instruído com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, declarações do ordenador de despesa, quadros demonstrativos da dívida consolidada e pareceres prévios da Procuradoria-Geral do Município (PGM), que, após diligências saneadoras, opinou pela viabilidade jurídica da matéria,** condicionada à aprovação legislativa.

É o relatório do essencial.

É a síntese do necessário.

II - ANÁLISE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As atribuições desta Comissão estão previstas no Regimento da Câmara Municipal - Resolução nº 008/2016, que dispõe:

Art. 50. Compete à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária:

I – opinar em todos os Projetos quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, em todas as proposições que couber e, em especial, nas que tratam da legislação orçamentária, compreendendo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária, a Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais, e suas alterações;

II – acompanhar e Fiscalizar a Execução Orçamentária de acordo com a legislação pertinente;

(...)

V - emitir parecer sobre proposições que tenham impacto na responsabilidade da gestão fiscal e orçamentária da Administração Pública Municipal; (Redação dada pela Resolução nº 01, de 07 de janeiro de 2025)

(...)

Nesse sentido, cabe a esta Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária a análise sobre o aspecto orçamentário e financeiro da proposição.

A celebração do acordo gera uma Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC), pois estende-se por 60 meses (superior a dois exercícios), atraindo a incidência do **Art. 17 da LRF**.

A PGM, em sua análise preliminar, apontou corretamente a necessidade de instrução processual com os documentos exigidos pelos arts. 16 e 17. O Poder Executivo saneou o processo acostando:

Estimativa de Impacto: O impacto anual inicia em R\$ 627 mil em 2025 e estabiliza em aprox. R\$ 1,2 milhão/ano nos exercícios seguintes.

2. Declaração do Ordenador de Despesa: Atestando a adequação orçamentária.

3. Origem dos Recursos: Indicação da dotação na Ação 8004 (Encargos com a Dívida Pública), Fonte 500.



Um ponto de debate técnico reside na exigência de "**medida de compensação**" (Art. 17, § 2º da LRF - aumento de receita ou corte de despesa). O Executivo não apresentou aumento de tributos para compensar esta "nova" despesa.

Contudo, esta Relatoria acolhe a tese jurídica de que **despesas com o serviço da dívida** estão excetuadas da exigência de medida de compensação, por força expressa do **Art. 17, § 6º da LRF**:

*"§ 6º O disposto no § 1º **não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida** nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição."*

O parcelamento de débitos tributários converte uma dívida flutuante (restos a pagar/passivo circulante) em dívida fundada (longo prazo), classificando-se a despesa de pagamento das parcelas como "Amortização de Dívida" e "Juros".

Portanto, enquadra-se na exceção legal. Exigir aumento de impostos para pagar uma dívida que já deveria ter sido paga no passado (e que já onerou o fato gerador contábil à época) seria um *bis in idem* fiscal indevido. O **Tribunal de Contas da União (TCU)** corrobora esse entendimento, focando na compatibilidade com a LOA vigente, o que foi demonstrado.

Equiparação a Operação de Crédito (Art. 29, LRF): O parcelamento com confissão de dívida equipara-se a operação de crédito (LRF, art. 29, § 1º). No entanto, o Senado Federal (Resolução nº 43/2001, art. 3º, § 2º, II) estabelece que parcelamentos de tributos não contam para o limite de proibição de operações, *desde que não elevem a dívida consolidada líquida acima do teto*.

Análise Documental: O demonstrativo anexo atesta que a Dívida Consolidada do Município representa **47,23%** da Receita Corrente Líquida (RCL). Com o novo parcelamento, passaria a **47,37%**. **O limite legal é 120%. Portanto, há ampla margem fiscal ("espaço de solvência") para a operação.**

Estimativa de Impacto e Compensação: O Executivo apresentou a estimativa de impacto trienal (2025-2027) e a declaração do ordenador de despesa. Quanto à exigência de "medida de compensação" (aumento de receita) do art. 17, § 2º da LRF, aplica-se a exceção do **§ 6º do mesmo artigo**, que dispensa tal medida para despesas com **serviço da dívida**.

O pagamento de parcelamento tributário classifica-se contabilmente como "Amortização de Dívida" e "Juros", **estando, portanto, dispensado de aumento de impostos para sua cobertura.**

Assim, **opina esta Comissão pela aprovação da matéria**, pois atende os requisitos da conveniência e oportunidade. **Igualmente, de acordo com os documentos acostados ao processo legislativo, a matéria possui viabilidade técnica para prosperar.**



VOTO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO.

III - ANÁLISE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

A iniciativa legislativa é exclusiva do prefeito, em consonância com a **Lei Orgânica do Município de Cuiabá**, que assim regulamenta a matéria:

Art. 27 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, autárquica e fundacional e sua remuneração;

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – criação e extinção de Secretarias e órgãos da Administração Pública; ([Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 24 de abril de 2003](#))

IV - **matéria orçamentária e a que autorize abertura de crédito ou conceda auxílio, prêmios e subvenções.** ([Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 24 de abril de 2003](#))

Parágrafo único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Art. 41 Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

I - a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

[...]

XV - superintender a arrecadação dos tributos, **bem como a guarda e**



a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamento dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

[...]

XXIII - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

[...]

A **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88)**, em seu desenho do federalismo de cooperação, atribuiu aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de **interesse local (art. 30, inciso I)** e para suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, inciso II).

A matéria em voga — autorização para parcelamento de dívidas fiscais de empresa pública municipal e oferecimento de garantias sobre receitas municipais — **insere-se inequivocamente no espectro da autonomia administrativa e financeira do Município de Cuiabá.**

A gestão do passivo tributário municipal e a regularização de suas entidades vinculadas para fins de recebimento de transferências voluntárias são matérias de predominante interesse local, pois impactam diretamente a capacidade de investimento e a prestação de serviços públicos aos munícipes cuiabanos.

O saudoso mestre **Hely Lopes Meirelles**, em sua obra clássica ***Direito Municipal Brasileiro***, leciona que a competência municipal se afirma sempre que a matéria, embora possa ter reflexos gerais, toca de perto e diretamente a administração local. No caso, a **sanidade fiscal da LIMPURB e o desbloqueio do programa "MT Iluminado"** são interesses diretos da municipalidade.

Portanto, não há usurpação de competência da União ou do Estado. O Município não está legislando sobre direito tributário federal (quem define as regras do parcelamento é a União, através da Lei nº 10.522/2002), mas sim sobre a **simples autorização interna para que o Executivo Municipal** adira às regras federais pré-estabelecidas, comprometendo o orçamento local.

Ponto crucial desta análise é a legitimidade do Município (Administração Direta) assumir e pagar dívidas de uma pessoa jurídica de direito privado (LIMPURB).

A **LIMPURB** foi criada pela **Lei Complementar Municipal nº 325/2013** como empresa pública. Embora tenha personalidade de direito privado, a LIMPURB enquadra-se no conceito de **"Empresa Estatal Dependente"**, definido no **art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**:

"III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral..."



Os documentos orçamentários anexos ao projeto (QDD - Quadro de Detalhamento de Despesa) comprovam que a LIMPURB é custeada com recursos da Fonte 500 (Tesouro Municipal). O **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT)**, em seus julgamentos de contas, classifica a LIMPURB como dependente, sujeitando-a às mesmas regras fiscais e teto de gastos da administração direta.

Sendo estatal dependente, **a dívida da LIMPURB é, para fins fiscais, dívida do próprio Município.** Logo, a assunção da dívida não configura transferência ilegal de recursos ao setor privado (vedada pelo art. 26 da LRF), mas sim uma **regularização intra-orçamentária legítima.**

Diante do exposto, a propositura em análise atende aos critérios de **competência privativa, finalidade, constitucionalidade e legalidade expostos**, de forma que opinamos pela aprovação da matéria.

Lembrando que **não cabe a esta Comissão qualquer análise de mérito quanto ao conteúdo do projeto de lei.**

2. REGIMENTALIDADE.

O Projeto cumpre as exigências regimentais.

3. REDAÇÃO.

O Projeto atende totalmente as exigências estabelecidas na Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998.

4. CONCLUSÃO.

A iniciativa legislativa é exclusiva do Prefeito.

A matéria atende os requisitos constitucionais, legais, regimentais e redacionais.

Dessa forma, opinamos pela aprovação da matéria com as emendas apresentadas.

5. VOTO DA CCJR:

VOTO DO RELATOR PELA APROVAÇÃO.



Cuiabá-MT, 19 de dezembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360035003800360033003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Marcrean Santos (Câmara Digital)** em 19/12/2025 12:23

Checksum: **6B8FECF64FE41CA6955EA2CAF75F05DB8F7ED701DD3AC92F27392EA012BCCD80**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360035003800360033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.